Corpus

Artigos

ISSN 2525-4812 (versão on-line)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 3/3/2022
Aceito: 13/9/2022
Ano de publicação: 2023

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 8 • n. 20 • 2023)

Como citar o artigo:

MOREIRA, E. da C.; SCHMITZ, H. Ações coletivas e resistências camponesas no contexto de expansão da dendeicultura no Nordeste Paraense. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 20, p. 15-29, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2023v8i20p15-29.

AÇÕES COLETIVAS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DA DENDEICULTURA NO NORDESTE PARAENSE

Éberton da Costa Moreira[1]
Heribert Schmitz[2]

Resumo: A expansão da dendeicultura (cultura da palma de óleo) mundo afora é marcada por ações coletivas por parte de populações atingidas. O artigo identifica as ações coletivas empreendidas por camponeses no contexto do Nordeste Paraense (NEP). Realizamos pesquisa bibliográfica no repositório institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA) e nos sites dos programas de pós-graduação tematicamente relevantes, e os achados (cinco dissertações e uma tese) foram analisados descritivamente. Por um lado, em alguns municípios, grupos de camponeses organizaram-se, por meio de associações e sindicatos, para negociar com as empresas. Por outro, desenvolveram formas de resistência organizada e cotidiana ao mercado de terras que se formou no NEP por volta de 2006/2007 e à integração por contratos de produção.

Palavras-chave: ação coletiva, camponeses, dendeicultura, Nordeste Paraense.

[1] Sociólogo, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: costaeberton12@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-4016-0151

[2] Sociólogo, doutor em Sociologia Rural/Extensão Rural e Comunicação, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA.
E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de
https://orcid.org/0000-0002-8933-1484

COLLECTIVE ACTIONS AND PEASANT RESISTANCE IN THE CONTEXT OF OIL PALM EXPANSION IN THE NORTHEAST OF PARÁ STATE

Abstract: The expansion of oil palm plantations worldwide is marked by collective actions undertaken by affected populations. This article identifies the collective actions carried out by peasants in the Northeast Pará region (NEP) within this context. We conducted bibliographic research using the institutional repository of the Federal University of Pará and websites of thematically relevant graduate programs; research documents (five dissertations and one thesis) were analyzed descriptively. On the one hand, peasant groups in some municipalities organized themselves into associations and unions to negotiate with oil palm companies. On the other hand, peasants also developed other forms of organized and everyday resistance to the land market, which became established in the NEP around 2006/2007, and to integration by production contracts.

Keywords: collective actions, peasants, oil palm, Northeast of Pará State.

Introdução

O dendezeiro (palma de óleo) é uma palmeira de origem africana, trazida ao Brasil por negros escravizados. Os primeiros registros da planta no País são do estado da Bahia, em cultivos subespontâneos e, depois, nos primeiros dendezais (MÜLLER; ALVES, 1997). Desde a década de 1940, o monocultivo de dendezeiros vinha sendo experimentado na Amazônia, e, ao longo da segunda metade do mesmo século, ocorreram muitas tentativas de consolidação da cultura, sobretudo na região próxima a Belém e no Nordeste Paraense (NEP) (HOMMA, 2016).

Mota *et al.* (2019), com base na Série Histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que houve três fases do dendê no NEP: a *fase inicial*, até o ano de 1994; a *fase de consolidação*, de 1995 a 2009; e a *fase de expansão*, de 2010 até o presente. Esse processo, no entanto, desde a fase inicial até a consolidação, não ocorreu sem incentivos estatais (SANTOS *et al.*, 2020).

Devido aos diversos usos do óleo de palma (alimentício, cosmético, velas, sabão, biocombustíveis, etc.), o dendezeiro é considerado um "cultivo flexível", ou seja, têm múltiplas finalidades. Embora seja um cultivo versátil, sua consolidação e posterior expansão no Pará ocorreram por motivo de incentivos estatais para a inclusão de biocombustíveis na matriz energética nacional. O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) de 2004 e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) de 2010, respectivamente, foram as principais políticas que incentivaram os monocultivos de dendezeiro (MOTA *et al.*, 2019; NAHUM; SANTOS, 2014). Ambos criaram instrumentos que possibilitaram o avanço da palma na região do NEP.

Contudo, os estímulos para a inserção de biocombustíveis na matriz energética em detrimento dos combustíveis fósseis não são exclusivos do Brasil. Desde a crise do petróleo na década de 1970, tem-se buscado fontes de combustíveis alternativas e "sustentáveis" (SAPUAN *et al.*, 1996). Nesse contexto, o óleo da palma destacou-se como alternativa viável, e, já na década de 1980, o dendezeiro começou a ser cultivado em grande escala na Malásia e na Indonésia, porém

a expansão da cultura causou a expulsão de comunidades indígenas e camponesas (SASSEN, 2016). A expansão da dendeicultura também é impulsionada pela preocupação com a emissão de gases poluentes e mudanças climáticas, outrossim a palmeira é apontada como uma possibilidade de reflorestamento de áreas degradadas. A apropriação de terras com base no discurso da sustentabilidade pode ocasionar o *green grabbing* (FAIRHEAD *et al.*, 2012), fenômeno em curso no NEP, conforme Backhouse (2013).

Em diversos países foram registrados movimentos de resistência frente à expansão dos monocultivos de dendezeiro, haja vista que esta implica na expropriação de terras das populações rurais ou sua integração à agroindústria via contratos produtivos (BENNETT *et al.*, 2018; HERVAS, 2019). Na Indonésia, local de maior expansão da dendeicultura, originou-se um movimento de justiça ambiental transnacional, embora camponeses independentes e o movimento indígena tenham importância fundamental (PYE, 2010). Sankey (2016) também observou reações das comunidades afetadas na Colômbia, demonstrando o surgimento de um movimento de resistência camponesa.

Entendemos, então, que as resistências empreendidas por populações atingidas pelos monocultivos de dendezeiro ao redor do planeta podem ser analisadas sob a ótica da ação coletiva, aqui entendida como: "[...] todas as ocasiões em que grupos de pessoas mobilizam recursos, incluindo seus próprios esforços, para alcançar objetivos comuns" (TILLY, 1981, p. 17), quando realizadas via organizações como sindicatos e associações.

A literatura demonstra que no NEP houve resistências camponesas por parte de sindicatos e associações (ACEVEDO MARIN; BACKHOUSE, 2014; RIBEIRO; SCHMITZ, 2018; SCHMITZ *et al.*, 2020; SOUSA, 2019, entre outros). No entanto, a ação coletiva também foi observada mediante associações de camponeses com vistas a viabilizar a integração produtiva às agroindústrias (BALIEIRO, 2019; OLIVEIRA, 2020).

Nessa direção, buscamos responder ao questionamento: "Como ocorreram as ações coletivas empreendidas por camponeses no contexto de expansão da dendeicultura no Nordeste Paraense?" Nosso objetivo é identificar, a partir de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação da UFPA, as ações coletivas empreendidas por camponeses[3] no contexto de expansão da dendeicultura no NEP. Trata-se de um esforço para sistematizar parte das pesquisas acadêmicas desenvolvidas na UFPA, com vistas a contribuir para o estudo da temática no referido contexto.

O texto está organizado em três seções, além da introdução e das considerações finais. A segunda seção traz os procedimentos metodológicos adotados. A terceira, o arcabouço teórico do trabalho, num esforço de síntese do debate sobre a ação coletiva no espaço rural. Na quarta, são apresentadas, com base nas pesquisas encontradas, as ações coletivas no contexto de expansão da dendeicultura.

[3] Ao longo do texto, usaremos tanto agricultores familiares quanto camponeses em referência aos mesmos atores, sem distinção conceitual.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cujo escopo foram trabalhos de mestrado e doutorado (dissertações e teses) desenvolvidos em programas de pós-graduação da UFPA, os quais abordassem a ação coletiva no contexto da dendeicultura no NEP. Realizamos buscas nos sites dos programas – nas áreas de ciências humanas, sociais e interdisciplinares – e no Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (RIU-UFPA). Ao buscar no RIU-UFPA, a partir dos descritores "ação coletiva" e "dendeicultura", encontramos dez trabalhos e, a partir da leitura dos resumos, selecionamos os que tratavam da ação coletiva no contexto, os quais compõem o Quadro 1. Os selecionados foram analisados descritivamente, considerando referenciais da ação coletiva.

Em muitos dos trabalhos verificamos a ocorrência de ações coletivas empreendidas em processos de resistência ao avanço dos monocultivos de dendezeiro. Cabe ressaltar que o arcabouço teórico de alguns trabalhos se aproxima, sobretudo no conceito de resistência cotidiana, da definição do cientista político e antropólogo americano James C. Scott (1985). Para esse autor, para além das formas abertas de resistência por meio de embates e conflitos, existem formas cotidianas que envolvem pequenos furtos, boicotes e discursos de negação em relação ao monocultivo de arroz que se instalara na região em questão, a Aldeia de Sedaka, na Malásia. Entendemos tanto a resistência aberta, quando ocorre por intermédio de associações e sindicatos ou de forma espontânea, quanto a resistência cotidiana ou oculta como formas de ação coletiva. Mesmo as ações que aparecem como atos isolados, evitando o confronto direto, frequentemente fazem parte de um conjunto de ações coletivas.

Quadro 1. Dissertações e teses segundo autor, ano, título e programa de pós-graduação.

Autor(a)/ano/tipo	Título	Programa de Pós-Graduação (PPG)
Ribeiro (2017), dissertação	**"Mesmo com essas coisas ruins que o dendê trouxe, eu não saio daqui"**: Resistência à agroindústria do dendê na comunidade do Castanhalzinho em Concórdia do Pará.	PPG em Agriculturas Amazônicas
Pontes (2017), dissertação	**Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru, PA**	PPG em Agriculturas Amazônicas
Aquino Júnior (2019), dissertação	**Campesinato e agronegócio do dendê no Ramal do Cravo (Acará, PA)**: disputas em torno da terra e futuro	PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Balieiro (2019), dissertação	**Ação coletiva sob influência da dendeicultura**: um estudo de caso sobre a Central das Organizações Sociais entre os rios Guamá e Capim (Conserc)	PPG em Agriculturas Amazônicas
Sousa (2019), tese	**A firma chegou, pesou, levou, aí vai tirar seus bilhões (...), mas o agricultor não sai daqueles centavos**: expropriação e resistências camponesas na Amazônia Paraense	PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Oliveira (2020), dissertação	**A ação coletiva de agricultores familiares integrados à dendeicultura**: um estudo de caso na Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo, em Irituia, Pará.	PPG em Agriculturas Amazônicas

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Algumas observações breves sobre os trabalhos selecionados: 1) quatro foram desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas; 2) a produção que envolve ação coletiva no contexto da dendeicultura restringe-se a dois programas da UFPA; 3) três dos trabalhos encontrados foram desenvolvidos em um mesmo grupo de pesquisas; e 4) as pesquisas são relativamente recentes, trabalhos defendidos entre 2017 e 2020. Percebe-se, portanto, poucos estudos sobre a temática no referido contexto, e o presente trabalho aponta algumas possibilidades de investigação.

Ação coletiva e resistências no espaço rural

Três leituras são fundantes para o debate atual sobre a ação coletiva. São eles: *A lógica da ação coletiva*, de Mancur Olson (OLSON, [1965] 1999); *A tragédia dos comuns*, de Garret Hardin (HARDIN, 2011); e o mais recente, *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*, de Elinor Ostrom (OSTROM, 1990).

Partindo da discussão entre os especialistas da época, sobretudo nos Estados Unidos – que defendiam a ação em grupo como consequência de ações dos indivíduos para atingir seus interesses individuais, haja vista que isso beneficiaria a todos –, Olson (1999) defende uma postura oposta. Para ele, mesmo com a possibilidade dos interesses individuais ou de grupo serem alcançados, não haveria ação voluntária, isto é, só haverá ação se o grupo for pequeno ou houver algum estímulo ou coerção que o leve a agir em prol dos interesses individuais ou do grupo. Desta feita,

> Dito de outra forma, mesmo que todos os indivíduos de um grande grupo sejam racionais e egoístas e mesmo que todos beneficiem, agindo como um grupo, para atingirem interesses ou objectivos comuns, esses indivíduos não agiram voluntariamente para conseguirem atingir esses interesses comuns ou de grupo (OLSON, 1999, p. 2).

A abordagem de Olson (1999), conforme Schmitz *et al.* (2017, p. 205), com base na "teoria da escolha racional" por ele criada, "tenta explicar fenômenos sociais à luz da preferência de indivíduos racionais, que seguem a lógica utilitarista da relação custo-benefício, na tentativa de maximizar a satisfação dessa preferência". Olson (1999), portanto, ao contrariar a percepção comum das ciências sociais da época, inaugura o debate sobre a possibilidade de os indivíduos se mobilizarem naturalmente (SCHMITZ *et al.*, 2017).

Por sua vez, Hardin (2011) contribuiu para o debate acerca da ação coletiva ao argumentar, em *A tragédia dos comuns*, que bens comuns de uso comunitário estavam fadados ao colapso. A partir do exemplo do pasto comum, funcionando bem e sem prejuízos ao solo, até que os pastores, guiados por sua racionalidade e interesses individuais, começam a acrescentar um gado ao seu rebanho, depois outro, e assim sucessivamente, a ponto de, no longo prazo, o pasto não suportar, ocasionando o sobrepastoreio. Assim, todos os pastores estariam fadados à ruína.

O autor apresenta outros exemplos de danos aos bens comuns, como a poluição em suas diversas formas. Se, por um lado, há bens que podem ser controlados por meio da privatização, há aqueles para os quais isso não é válido, como o ar ou os mares. Nesse caso, pode-se pensar em medidas coercitivas e punitivas. Há também o aspecto da consciência individual, logo encarada como ineficaz, já que a longo prazo não pode ser mantida. Em suma, sua conclusão é que os bens comuns para os quais há formas de gerir, a melhor alternativa seria a privatização; do contrário, a liberdade de acesso levaria à destruição (HARDIN, 2011).

Ostrom (1990), por outro lado, como observam Schmitz *et al.* (2009, p. 274), demonstrou que "pequenos grupos locais e populações maiores são capazes de criar instituições, elaborar as regras necessárias e garantir o respeito dos envolvidos em relação ao uso de bens comuns. Fatores externos podem dificultar a permanência desses modos de uso coletivo".

Dessa forma, essas três obras contribuíram muito para o debate a respeito de ações coletivas. Hardin (2011) e Ostrom (1990) colaboram para a discussão em torno da gestão de bens comuns, ao passo que a concepção de Olson (1999) foi e é muito debatida em outras temáticas, que compreendem desde os estudos sobre movimentos sociais, associações, sindicatos, cooperativas, dentre outros.

Diversos autores contribuíram para a construção do conceito de ação coletiva, inclusive teóricos dos movimentos sociais e da sociologia das organizações. Conforme Alonso (2009), as três grandes teorias dos movimentos sociais – Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) – contribuíram para o debate e abriram possibilidades de sínteses interessantes posteriormente.

A TMR inspirou-se em Olson e teve como principais precursores McCarthy e Zald; buscava, a partir da racionalidade, explicar os processos pelos quais ocorrem os movimentos sociais e entendia que a ação dos indivíduos era resultado de cálculo individual. Ademais, estabeleceram a analogia entre os MS e uma firma, em favor da racionalidade e organização em detrimento de valores e ideologias (ALONSO, 2009).

Ainda segundo Alonso (2009), da crítica a TMR, por não considerar os processos macro-históricos, a TPP, que tem como principais teóricos Tilly, Tarrow e McAdam, buscou compreender em termos de mobilização política. Eles entendiam que MS se formava em ambientes onde havia uma estrutura de oportunidades políticas e acrescentaram o fator cultural – solidariedade (*catnet*) e pertencimento (*catness*) – e o conceito de estrutura de mobilização, ou seja, os recursos, diferindo-se da TMR pela noção de oportunidades favoráveis à mobilização. A TPP também entendia que MS e estados nacionais eram formas de ação coletiva (ALONSO, 2009).

A TNMS, por sua vez, conforme Alonso (2009), cujos principais autores são Touraine, Habermas e Melucci, propunha uma interpretação por meio da cultura. Os MS seriam reações aos diversos processos, com motivações simbólicas, com fins de formar identidades coletivas. Tratava-se de mobilizações de grupos marginais aos padrões culturais, em detrimento da ideia de classes, por exemplo, não mais voltadas aos estados, e sim à sociedade civil.

Duas definições de ação coletiva serão aqui usadas como complementares para a análise proposta: a de Tilly e a de Cattani. Para o primeiro, "[...] todas as ocasiões em que grupos de pessoas mobilizam recursos, incluindo seus próprios esforços, para alcançar objetivos comuns", podem ser compreendidas enquanto ação coletiva (TILLY, 1981, p. 17). Por sua vez, Cattani (2011, p. 15) entende que a "ação coletiva designa toda espécie de ato concertado por grupos ou categorias sociais visando alcançar um fim determinado. O conceito inclui, necessariamente, uma possibilidade de (iniciativa para) um poder de decisão e uma capacidade de agir".

Em artigo que analisa as relações entre ação coletiva e reciprocidade, a partir das definições acima, Schmitz *et al.* (2017, p. 205) acrescentam que, "em alguns casos, o objeto comum é uma condição para o estabelecimento de relações de poder, a emergência de conflitos, a possibilidade de negociação e, certamente, a ação coletiva". No entanto, prosseguem os autores, apenas os objetivos comuns não configuram a ação coletiva, "[...] a qual se constitui apenas a partir de uma

ação conjunta, resultado de um engajamento voluntário de indivíduos" (SCHMITZ *et al.*, 2017, p. 205).

Assim posta, a ação coletiva inclui uma diversidade de situações concretas que pode ser verificada no espaço rural. Em vista disso, selecionei alguns estudos que demonstram a ação coletiva em seus vários aspectos. Schmitz *et al.* (2009) analisaram a ação coletiva na gestão de bens comuns no extrativismo da mangaba no NEP. Em um estudo recente, Andreata (2020) analisou a relação entre ação coletiva e sistemas agroflorestais em uma comunidade do NEP. Partindo de um referencial sobre cooperativismo relacionado à ação coletiva, Rocha (2020) analisou as trajetórias do cooperativismo no NEP.

Sem aprofundar o debate, demonstra-se que há uma diversidade de ações coletivas empreendidas no espaço rural, bem como uma grande diversidade de estratégias metodológicas. Esta seção não teve a pretensão de esgotar o debate acerca da temática, meu modesto intuito foi criar um arcabouço que desse conta da análise que segue.

Ação coletiva e resistências à expansão da dendeicultura no Pará

A seguir, organizamos os resultados obtidos. Separamos por pesquisas que trataram as ações coletivas com base em um referencial teórico da ação coletiva (BALIEIRO, 2019; OLIVEIRA, 2020) e aquelas que analisaram processos de resistência (AQUINO JUNIOR, 2019; PONTES, 2017; RIBEIRO, 2017; SOUSA, 2019), pois entendemos que os processos de resistência organizados por associações e sindicatos se configuram em ações coletivas.

Ação coletiva

Apenas duas pesquisas tratam da ação coletiva com um referencial restrito à ação coletiva no contexto em análise. Os trabalhos de Balieiro (2019) e Oliveira (2020) analisaram ações coletivas empreendidas por organizações formais.

Balieiro (2019) foi o primeiro a analisar ação coletiva formal no contexto da dendeicultura. Sua pesquisa analisou a atuação da Central das Organizações entre os rios Guamá e Capim (CONSERGC). Essa organização foi fundada em 2015, nos municípios de São Domingos do Capim e Irituia, em razão da chegada da dendeicultura[4] e do interesse dos agricultores em uma organização formal (BALIEIRO, 2019). O autor demonstra ainda que houve incentivo de uma empresa produtora de dendê para a criação de associações. Atualmente, a atuação ocorre visando garantir melhorias aos associados, bem como a interlocução com as empresas e também com a prefeitura dos municípios. Além do contexto, o autor analisou a organização da central, sua gestão e seu relacionamento com as associações a ela integradas, com base em um referencial da sociologia das organizações.

Por sua vez, Oliveira (2020) analisou o caso da Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo (Amafib), no município de Irituia, no NEP. Conforme a autora, a associação foi criada em 2014. A inserção da dendeicultura no município deu-se em 2012 e contou com a intermediação de uma ONG a serviço de uma empresa produtora

[4] A chegada da dendeicultura nos municípios ocorreu por volta de 2011.

de dendê. Essa ONG atuou na prefeitura e nos sindicatos para posterior apresentação do sistema de integração à agroindústria. Além da ação coletiva formal, caracterizada pela atuação da associação, a autora analisou as ações coletivas tradicionais, caracterizadas pela troca de dia e a ajuda entre os agricultores para o plantio do dendê, dentre outras formas de ação coletiva tradicionais. A construção da sede da associação também é um fruto da ação coletiva dos agricultores. Em suma, a associação atua para intermediar a relação dos agricultores integrados à empresa produtora de óleo de palma.

Resistência

O tema da resistência foi analisado por alguns autores. Encontramos três pesquisas de mestrado e uma de doutorado, a partir das quais desenvolvemos uma análise da resistência empreendida por camponeses frente ao avanço dos monocultivos do dendê. As pesquisas, em geral, tratam das resistências à integração às agroindústrias, das resistências em vender os estabelecimentos e das resistências cotidianas empreendidas após a integração e entre os camponeses que não venderam os estabelecimentos e ficaram ao redor dos monocultivos.

A resistência empreendida por camponeses pode ser lida a partir das seguintes tipologias: aquela para a permanência nos estabelecimentos, frente ao avanço das empresas que compravam terras por volta dos anos 2007 e 2008 – por meio de associações e sindicatos ou independentemente destes; aquela contrária à integração produtiva às agroindústrias e pela manutenção dos "modos de vida" enquanto camponeses após a integração; e, ainda, resistências cotidianas daqueles que não venderam os estabelecimentos e permaneceram rodeados pelos monocultivos. O Quadro 2 demonstra o tipo de resistência e os trabalhos que a analisam.

Quadro 2. Tipologia das resistências conforme os estudos identificados.

Tipologia das resistências	Autor(a)/ano
Para permanência nos estabelecimentos frente ao mercado de terras via associações e sindicatos	Aquino Júnior (2019), Ribeiro (2017) e Sousa (2019)
Para permanência nos estabelecimentos frente ao mercado de terras independentemente das associações e sindicatos	Aquino Júnior (2019), Pontes (2017) e Sousa (2019)
Contra a integração produtiva e pela manutenção dos modos de vida pós-integração	Sousa (2019)
Resistências cotidianas daqueles que não venderam os estabelecimentos e permaneceram rodeados pelos monocultivos	Aquino Júnior (2019), Pontes (2017), Ribeiro (2017)

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O período entre 2007 e 2013, conforme indica a literatura, é aquele no qual houve maiores investidas por parte das empresas em busca de terras nos municípios de Moju, Acará, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé-Açu (BACKHOUSE, 2013). Nahum e Santos (2014) demonstram que as estratégias das empresas para adquirir terras são diversas, vão desde aquisição de terras de fazendas e chácaras até a compra de imóveis de camponeses por intermediários. Ainda para os autores, a atuação de intermediários nessas transações com terras foi crucial, já que estes compravam estabelecimentos e os anexavam as suas propriedades para posteriormente vendê-las para

as empresas. Desse movimento participaram políticos, fazendeiros e comerciantes influentes das cidades (NAHUM; SANTOS, 2014).

Os preços pagos aos camponeses que vendiam as terras eram baixos, conforme Macedo e Sousa (2015). A pesquisa de Silva (2015) demonstrou que a busca por terras naquela região estava diretamente atrelada a políticas públicas, como o PNPB e o PSOP, que estimularam os investimentos em terras.

Os trabalhos encontrados confirmam a existência desse mercado e demonstram a resistência a ele empreendida por camponeses na região. Aquino Júnior (2019), Pontes (2017), Ribeiro (2017) e Sousa (2019) são os autores cujas pesquisas lançaram luz sobre o debate.

Em sua pesquisa de mestrado, Ribeiro (2017) analisou as formas de resistência empreendidas por quilombolas diante da chegada de uma empresa no município de Concórdia do Pará. Uma primeira constatação, a partir da leitura de seu trabalho, é a participação de organizações formais no processo de resistência, encabeçadas por duas associações: a Associação de Remanescentes de Quilombo de Nova Esperança de Concórdia do Pará (Arquinec), que reúne comunidades com titulação definitiva; e a Associação de Remanescentes de Quilombos do Cravo (Arquic), que reúne aquelas que possuem apenas a certificação da Fundação Palmares[5] (RIBEIRO, 2017).

A construção de uma "identidade quilombola" foi o primeiro passo no processo de construção da resistência formal, tendo em vista que houve mobilizações para a formação das associações, inicialmente a Arquinec, e nesse processo foi forjada a identidade quilombola. Então, a partir do reconhecimento enquanto comunidades remanescentes de quilombos, inicia-se a luta pelo reconhecimento e titulação coletiva das terras[6]. Deve-se ressaltar que esse processo ocorreu mediante a ameaça representada pela compra de estabelecimentos de camponeses para posterior plantio de dendezeiros (RIBEIRO, 2017). No período de 2007 a 2008, ressalta a autora, havia apenas a Arquinec, e após conflitos internos a Arquic foi criada. Nas palavras da autora:

> Em 2011, ocorre o desmembramento dessas comunidades e a Arquic então é criada, tendo como associados os moradores das comunidades não tituladas. Embora, os conflitos internos recentes tenham inviabilizado as atividades regulares dos associados da Arquic, a luta e a resistência contra à empresa Biopalma foram intensas, principalmente no início da instalação da agroindústria quando há a intensificação de compra de terras na região. Podemos dizer, que houve duas frentes de resistência mobilizadas pelas lideranças da associação: a primeira foi contra a venda de terras dos pequenos agricultores à Biopalma e segunda contra aos problemas ambientais, causados principalmente pelo desmatamento e pelo uso de pesticidas (RIBEIRO, 2017, p. 90).

Em sua dissertação, Aquino Júnior (2019) também chamou atenção para a atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais no processo de resistência frente à compra de terras pela Biopalma, na região da comunidade do Cravo, no município do Acará. Conforme o autor, o sindicato "teve uma ação importante no enfrentamento da especulação imobiliária, enviando inclusive uma moção ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que chamava a atenção

[5] Uma das etapas para o reconhecimento do território quilombola.

[6] A dissertação de Rosiete Marcos Santana (2010) é uma importante referência para a compreensão dos processos de construção da identidade quilombola, das associações e da luta pela terra, pois ela analisa as associações mencionadas.

para a forma de aquisição das terras destinadas ao monocultivo de dendê" (AQUINO JÚNIOR, 2019, p. 68).

Destacamos abaixo trecho de entrevista concedida ao autor por uma liderança sindical:

> Digamos aqui que eu sou o fazendeiro, digamos que eu tinha 1000 hectare pra vender pra Biopalma, então o que acontecia, a Biopalma dizia 'olha, eu preciso de uma extensão maior, não dá pra ter essa área e ficar isolada', aí esse fazendeiro, que ele fazia? Ele fazia a conversa com os agricultores aqui e que acontecia? Pra aumentar isso aqui, digamos que a Biopalma dava 30 mil [reais], tirava o dele e ganhava dez mil [reais], ele fazia a política de convencimento e a Biopalma pagava por tudo. O fazendeiro foi o atravessador e ganhou! Talvez se o sindicato não age, talvez você não encontrasse essas famílias [do Ramal]. (Entrevista em 11/9/18). (AQUINO JÚNIOR, 2019, p. 68).

Com isso, fica evidente que houve uma atuação de resistência por parte dos sindicatos nesse contexto de expansão da dendeicultura a partir da compra de terras. Evidenciam-se também as estratégias das empresas. Como bem observou Backhouse (2013), o PSOP proibia a aquisição de terras da agricultura familiar pelas empresas, porém os intermediários assumem papel central, tanto no convencimento aos camponeses quanto na burla às regras estabelecidas pelo programa.

No entanto, ocorreram resistências dos camponeses independentemente da atuação dos sindicatos ou das associações[7]. Aquino Júnior (2019) demonstra casos de camponeses na região do Cravo, no Acará, que resistiram à venda dos estabelecimentos e acabaram cercados pelo monocultivo.

De acordo com Sousa (2019), os camponeses da região da Boa Esperança, no Acará, lutaram pela criação de assentamentos rurais, efetivados em 2010, como uma estratégia de resistência. Mas além deles, houve camponeses que resistiram à venda de seus estabelecimentos na região do Pucaia, no mesmo município, e que mais tarde resistiram também à integração produtiva (SOUSA, 2019).

Já na resistência à integração, houve participação dos sindicatos. O trecho da entrevista concedida à autora revela:

> O nosso pessoal lá nenhum plantou. O pessoal com quem a gente conversou não quiseram. A gente prefere ficar com as nossas coisas, com as plantas nossas daqui. Se a gente tivesse chegado em mais gente, o número de agricultores que plantaram seria ainda menor, porque aqui quase ninguém plantou. (Maridalva, atual presidente do STTR do Acará). (SOUSA, 2019, p. 188).

Porém, a autora indica que, apesar de ter havido resistência partindo de organizações, isto é, dos sindicatos, não houve organização entre eles, já que cada um agiu de maneira autônoma.

O trabalho também revela as estratégias de aliciamento das empresas, em que houve resistência que não partia apenas dos sindicatos. Os funcionários das empresas, então, recorriam a estratégias que "[...] iam desde mexer com o brio dos agricultores até semear a discórdia entre

[7] Outro trabalho que analisa bem a resistência camponesa à venda de seus estabelecimentos é de Rafael Benevides de Sousa (2018), que não fez parte do escopo da pesquisa por não ter sido desenvolvido na UFPA.

os agricultores", fato que fez com que alguns dos entrevistados pela autora tenham aceitado sob pressão e para evitar conflitos, o que não significa que estes não ocorreram (SOUSA, 2019, p. 189).

Pontes (2017) relata que na comunidade Conceição do Guajará, em Bujaru, as resistências se manifestam de formas diversas. Quando da instalação da Empresa Biopalma, os camponeses sentiram-se prejudicados devido ao represamento de um igarapé, o que os levou a pressionar o responsável pela empresa para que a comunidade não fosse afetada. No entanto, conforme o autor, ainda houve conflitos por causa da aplicação de insumos químicos em áreas próximas ao igarapé (PONTES, 2017). Ainda segundo Pontes (2017), muitas famílias venderam suas terras e migraram da região, mas muitos resistem, como a igreja e a escola da comunidade, que foram cercadas pelo monocultivo.

Ribeiro (2017) demonstrou que as resistências cotidianas acontecem de diversas formas na comunidade Castanhalzinho, em Concórdia do Pará. A autora identificou que estas vão desde a contestação e a negociação, quando da aplicação de agrotóxicos muito próximo às casas, até a entrada na mata para a retirada de estacas para as plantações de pimenta-do-reino. Além disso, há também práticas menos incisivas, como os discursos ocultos acerca das empresas e a resistência ao assalariamento nelas (RIBEIRO, 2017).

Conforme Aquino Júnior (2019), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Empregados (as) de Acará, formado em 2016, a partir da divisão do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Acará, tem sido fundamental na resistência por parte dos trabalhadores assalariados nas empresas. De maneira geral, a atuação do sindicato tem sido em assegurar os direitos dos trabalhadores assalariados na dendeicultura, desde a garantia de uma alimentação adequada até a luta ante as mudanças impostas pela reforma trabalhista.

O mesmo autor também analisou as resistências cotidianas dos camponeses que resistiram à venda dos estabelecimentos na região do Cravo. O autor compreende que há constante disputa pelo território ao longo do Ramal do Cravo, entre a empresa Biopalma e os camponeses que resistiram à venda dos estabelecimentos (AQUINO JÚNIOR, 2019).

Por fim, a tese de Sousa (2019) revela que, entre aqueles que optaram pelo contrato de integração, há formas diversas de manifestar resistência. A autora entende que se trata de estratégias para resistir à espoliação e manter seu modo de vida camponês, as quais vão desde o plantio de outras culturas por entre os dendezeiros, nos primeiros anos, até a venda da produção para outras empresas que não aquela com quem mantém contrato. No entremeio destas, os camponeses desobedecem aos horários para corte dos cachos, desviam adubos para outras culturas do estabelecimento, comercializam adubos, abandonam os plantios e, em alguns casos, partem para a rescisão do contrato (SOUSA, 2019).

A resistência empreendida por camponeses, seja a partir dos sindicatos e das associações, ou espontaneamente, pode ser analisada sob a ótica da ação coletiva. Consiste em ações motivadas pelo interesse em manter-se no estabelecimento e/ou no território, e não os vender, como analisam Ribeiro (2017), no caso dos quilombolas de Concórdia do Pará, e Aquino Junior (2019),

no caso dos camponeses do Ramal do Cravo, em Acará. Ou ainda, não se integrar à agroindústria (SOUSA, 2019).

Ao menos no que diz respeito à produção dos programas de pós-graduação da UFPA, percebe-se poucos trabalhos que investigaram a resistência dos camponeses a partir de um referencial da ação coletiva no contexto da dendeicultura. No entanto, ao analisar os trabalhos, observamos que há uma diversidade de estratégias por meio das quais os camponeses resistiram para permanecer na terra e resistem cotidianamente. As estratégias vão desde aquelas mais formalizadas, como a atuação de sindicatos, até outras mobilizações para a resistência, que caracterizam a ação coletiva, e ainda aquelas aparentemente simples, no dia a dia.

Em geral, há muitas possibilidades de análise acerca do contexto de expansão da dendeicultura sob a ótica da ação coletiva, em toda a sua amplitude e instrumentos, como observado acima, movimentos sociais têm sido fundamentais à resistência camponesa e de outros grupos sociais atingidos.

Considerações Finais

A partir do levantamento da produção dos programas de pós-graduação da UFPA, identificamos a ação coletiva no contexto da dendeicultura no NEP. Foram selecionados seis trabalhos, dos quais apenas dois mobilizam referencial de ação coletiva para a abordagem de suas respectivas temáticas. No entanto, outros quatro trabalhos relatam ações coletivas, sobretudo de resistência, empreendidas por camponeses via sindicatos, associações, ou mesmo pelas comunidades, contra os avanços dos monocultivos.

Os trabalhos analisados demonstram que houve distintas formas de ação coletiva empreendidas por associações e sindicatos dos diferentes municípios. Por um lado, nos municípios de São Domingos do Capim e Irituia, houve a criação de associações como via de negociação com as empresas dendeicultoras. Por outro, nos municípios do Acará e Concórdia do Pará, houve resistências por parte de sindicatos e associações frente ao mercado de terras na região e contra a integração por meio de contratos de produção. Além disso, foram observadas formas de resistência cotidianas após a integração.

Dois aspectos apontados nos trabalhos chamam atenção, e consideramos que há necessidade de pesquisas para melhor esclarecimento: 1) a estratégia das comunidades de criação de assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para resistir à venda dos estabelecimentos. A respeito desse tema, convém saber como as comunidades que optaram por essa estratégia se mobilizaram e por que assim o fizeram, bem como verificar se os assentamentos se concretizaram; e 2) a atuação dos sindicatos no contexto de expansão da dendeicultura precisa ser melhor compreendida. Não há pesquisas que aprofundem sobre a atuação desses sindicatos e como eles se mobilizaram, seja a favor ou contra, acerca do dendê na região.

Ao menos no que se refere ao escopo da pesquisa, isto é, às teses e dissertações defendidas na UFPA, observa-se que há poucos estudos a respeito da ação coletiva no contexto da dendeicultura, e, como demonstramos, este é promissor. Portanto, há necessidade de maior entendimento das formas de ação coletiva nesse âmbito, buscando, assim, compreender os processos de mo-

bilizações sociais das comunidades atingidas e suas motivações para a ação. Penso também ser necessário olhar para aqueles que se manifestam a favor da dendeicultura na região, sejam elites, políticos locais, entre outros.

Referências

ACEVEDO MARIN, R. E.; BACKHOUSE, M. **Guerra do dendê**: quilombolas atingidos pela expansão do dendê no Pará. Manaus: UEA Edições, 2014. (Nova Cartografia Social da Amazônia. Boletim Informativo, n. 9, set. 2014).

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, [s. l.], n. 76, p. 49-86, 2009.

ANDREATA, H. K. **Ação coletiva e sistemas agroflorestais na comunidade São Manoel, Quilombo Jambuaçu, Moju/PA**. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

AQUINO JÚNIOR, P. O. C. de. **Campesinato e agronegócio do dendê no ramal do Cravo (Acará/PA)**: disputas em torno da terra e futuro. 2019. 212 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2019.

BACKHOUSE, M. **A desapropriação sustentável da Amazônia**. O caso de investimentos em dendê no Pará. Berlin, 2013. (Fair Fuels? Working Paper, 6).

BALIEIRO, M. L. **Ação coletiva sob influência da dendeicultura**: um estudo de caso sobre a Central das Organizações Sociais entre os rios Guamá e Capim (CONSERC). 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2019.

BENNETT, A.; RAVIKUMAR, A.; PALTÁN, H. The political ecology of oil palm company-community partnerships in the Peruvian Amazon: deforestation consequences of the privatization of rural development. **World Development**, [s. l.], v. 109, 2018.

CATTANI, A. D. Ação coletiva. *In*: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011. p. 15-19.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**, London, v. 39, n. 2, p. 237-231, 2012.

HARDIN, G. A tragédia dos comuns. Tradução: Jose Roberto Bonifacio. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2011. Original: The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1244-1248, 1968.

HERVAS, A. Land, development and contract farming on the Guatemalan oil palm frontier. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 46, n. 1, p. 115-141, 2019.

HOMMA, A. K. O. **Cronologia do desenvolvimento na Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. de. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. **Tempos Históricos**, Cascavel, v. 19, n. 1, p. 302-331, 2015.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; MOURÃO JÚNIOR, M.; GOMES, D. L. Dendê, mandioca, outras culturas: agriculturas em disputa no nordeste paraense. *In*: CASTRO, E. (org.). **Pensamento crítico latino-americano**: reflexões sobre políticas e fronteiras. São Paulo: Annablume, 2019. p. 353-382.

MÜLLER, A. A.; ALVES, R. M. **A dendeicultura na Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 1997.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr. 2014.

OLIVEIRA, K. E. O. de. **A ação coletiva de agricultores familiares integrados à agroindústria de dendê**: um estudo de caso na Associação dos Moradores e Agricultores Familiares da Região do Igarapé-Açu de Baixo, em Irituia- Pará. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Tradução: Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. Original: 1965.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990.

PONTES, D. L. R. **Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA**. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2017.

PYE, O. The biofuel connection-transnational activism and the palm oil boom. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 37, n. 4, p. 851-874, 2010.

RIBEIRO, L. C. **"Mesmo com essas coisas ruins que o dendê trouxe, eu não saio daqui"**: resistência a agroindústria do dendê na comunidade do Castanhalzinho em Concórdia do Pará. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2017.

RIBEIRO, L. C.; SCHMITZ, H. Associações quilombolas e resistência à agroindústria do dendê na Amazônia paraense. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Málaga, maio 2018.

ROCHA, A. C. de O. **Trajetórias e concepções do cooperativismo camponês no nordeste paraense**. 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2020.

SANKEY, K. **Communities against capital?** Unravelling the Politics of Resistance to Colombia's Agro-Extractivist Project. Paper for presentation at the XIV World Congress of Rural Sociology, Toronto, Aug. 2016. Disponível em: https://cpb-us-e1.wpmucdn.com/blogs.cornell.edu/dist/d/4225/files/2014/05/KSankey-The-politics-of-resistance-to-land-grabbing-1zqf6fl.pdf. Acesso em: 2 set. 2021.

SANTANA, R. M. **Os caminhos da regularização fundiária no município de Concórdia do Pará/PA**. 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, L. S.; NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos. A formação da dendeicultura na Amazônia. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 15, n. 35, p. 1-31, abr. 2020.

SAPUAN, S. M.; MASJUKI, H. H.; AZLAN, A. The use of palm oil as diesel fuel substitute. **Proceedings of the Institution of Mechanical Engineers, Part A: Journal of Power and Energy**, London, v. 210, n. 1, p. 47-53, 1996.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 273-293, jul.-dez. 2009.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, PA, v. 12, n. 1, p. 201-220, jan.-abr. 2017.

SCHMITZ, H.; RIBEIRO, L. C.; MOTA, D. M. da. Resistência cotidiana à agroindústria do dendê em uma comunidade quilombola rural na Amazônia Oriental. **Amazônica – Revista de Antropologia**, Belém, PA, v. 12, n. 2, p. 659-692, 2020.

SCOTT, J. C. **Weapons of the weak**: everyday forms of peasant resistance. New Haven; London: Yale University Press, 1985. 392 p.

SILVA, E. P. da. **Agroestratégias e monocultivo de dendê**: a transferência silenciosa de terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia Paraense. 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2015.

SOUSA, C. de F. M. de. **A firma chegou, pesou, levou, aí vai tirar seus bilhões (...), mas o agricultor não sai daqueles centavos**: expropriações e resistências camponesas na Amazônia Paraense. 2019. 226 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2019.

SOUSA, R. B. de. **Recriação camponesa e o agronegócio do dendê no nordeste paraense**. 2018. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

TILLY, C. Introduction. *In*: TILLY, L. A.; TILLY, C. (ed.). **Class conflict and collective action**. London: Sage Publishers, 1981. p. 13-25.